



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

AMANDA AMARO CEDRO

**TERRITÓRIO RURAL E A COVID-19 NO BRASIL: IMPACTOS DA PANDEMIA
NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Brasília - DF
2022

AMANDA AMARO CEDRO

**TERRITÓRIO RURAL E A COVID-19 NO BRASIL: IMPACTOS DA PANDEMIA
NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof. Dr. Magno Nunes Farias

Brasília – DF
2022

RESUMO

A pandemia da Covid-19 gerou muitas consequências no setor da educação como, por exemplo, a suspensão de atividades presenciais, acentuação da desigualdade de acesso à internet, evasão acadêmica, assim como falta de qualificação adequada para os professores. A pesquisa teve como objetivo realizar uma reflexão sobre os impactos da pandemia de Covid-19 causados na população rural e, especificamente, na Educação do Campo que, para além das questões pandêmicas, sofre historicamente com a vulnerabilidade social e econômica. Foi realizado um estudo teórico baseado na análise de estudos e teorias publicadas sobre os acontecimentos com cunho qualitativo, e foram evidenciados fenômenos sociais, sem a utilização de instrumentos estatísticos. O isolamento social, a falta de equipamentos eletrônicos para acompanhar as aulas e atividades *online*, a ausência de *internet*, assim como o despreparo de professores e discentes foram algumas das dificuldades enfrentadas no setor da educação do campo. Ademais, acredita-se que o presente estudo agregou ao conhecimento à Terapia Ocupacional em relação à ruptura do cotidiano, conferir a possibilidade de retorno de alunos em um cenário normalizado e permitir uma reflexão a respeito da importância do olhar para os estudantes do campo.

Palavras-chave: Evasão Acadêmica na Covid-19. Pandemia. População Rural. Educação no campo.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has had many consequences in the education sector, such as the suspension of face-to-face activities, increasing inequality in internet access, academic dropout, as well as a lack of adequate qualifications for teachers. The research aims to reflect on the impacts of the Covid-19 pandemic on the rural population, and specifically on Rural Education, which in addition to pandemic issues, historically suffers from social and economic vulnerability. A theoretical study will be carried out based on the analysis of studies and theories published on the events with a qualitative nature, as social phenomena will be evidenced, without the use of statistical instruments. In addition, with this study it is also expected to add knowledge to Occupational Therapy in relation to the rupture of everyday life, to give the possibility of returning students in a normalized scenario and to allow a reflection on the importance of looking at students in the field..

Keywords: Academic Evasion in Covid-19. Pandemic. Rural Population. education in the field.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
JUSTIFICATIVA	8
OBJETIVOS.....	9
Objetivos Gerais	9
Objetivos Específicos	9
METODOLOGIA	10
REFERÊNCIAS	18

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 teve seu início marcado por notícias e alertas sobre um novo vírus da família dos coronavírus, que chamava atenção dos pesquisadores pela sua rápida transmissão e que produzia uma Síndrome respiratória aguda grave (SARS-COV) quando contraída (BRASIL, 2021). A escassez de estudos sobre a nova síndrome, combinada a velocidade e intensidade de contaminação populacional, levou a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretar a primeira pandemia do século XXI, e posteriormente nomeá-la Covid-19.

“Por sua escala global, a pandemia transformou o mundo em um grande laboratório em que diferentes processos estão sendo testados: novas formas de sociabilização, trabalho, educação, uso de máscaras” (BUENO et al., 2021, p. 28). Foi necessária uma readaptação da população de todo o mundo à nova realidade que lhes foram condicionados, com impactos em todas as ocupações que permeiam a vida humana como a participação social, o lazer, trabalho, sono, atividades de vida diária e a educação.

A problemática acentuada advinda do vírus deu-se pela diferença que cada nicho econômico vivenciou. Para Bueno et al. (2021), a pandemia da Covid-19 colocou luz sobre desigualdades sociais que já existiam, talvez esquecidas ou ignoradas. Essas diferenças agravaram a situação de populações que já tinham como realidade o difícil acesso aos direitos humanos básicos como alimentação, saúde, moradia, informação, educação e saneamento básico.

Com o objetivo de frear a disseminação do vírus da Covid-19, foi sancionado o Decreto N^o 40.509 de 11 de Março de 2020, que estabelecia regras de distanciamento social e, dentre outras restrições, suspendia quaisquer “atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada” (BRASÍLIA, 2020). A partir desse momento, novas formas de dar continuidade ao ensino foram pensadas a fim de amenizar o impacto desta mudança. O cotidiano escolar foi marcado por aulas online, plataformas digitais de exercícios, aulas gravadas e uma tentativa de aproximação com os colegas e professores por aplicativos de mensagens. Porém, para os moradores do vasto território rural brasileiro, essa realidade foi dificultada pela impossibilidade de acompanhar o processo devido à vulnerabilidade a qual estavam expostos.

População rural, educação do campo e pandemia de Covid - 19

A distinção de rural e urbano permeia a literatura com o enfoque no antagonismo de uma realidade sobre a outra. Para Gomes (2013), a tradicional distinção está no modo de vida, por vezes, estabelecido como mais “elevado” nas áreas urbanas do que o geralmente encontrado em áreas rurais, assim como um grau elevado de concentração da população no centro urbano. Reforçando essa ideia de que o território rural sofre uma ideologia pejorativa, Blume (2004) em seu estudo sobre território e ruralidade, afirma que o conceito de rural no senso comum é associado à tradição, ao que é passado, sinônimo de atraso cultural, econômico e social. Um ideal que é reforçado como forma de imposição de uma forma de viver sobre a outra.

Isso se reflete no acesso aos bens sociais, a exemplo da saúde rural que sofre historicamente um déficit de profissionais especializados em saúde do campo, infraestrutura, meios de locomoção e difícil acesso aos centros de saúde. Com a pandemia, a ideia de que a Covid-19 é uma “doença de cidade grande”, como citado por Floss (2020), criou obstáculos em relação a acesso a serviços e informações, tendo como consequência dificuldades em relação a mudanças de comportamento e prevenção, agravando as problemáticas já enfrentadas e obstando ações de saúde e de vigilância em territórios rurais e remotos. Já no contexto da educação, temos as problemáticas que envolvem a educação do campo¹, mais especificamente, a garantia de acesso e permanência a educação dos sujeitos que vivem no território rural.

No contexto da pandemia, o ensino remoto foi a solução utilizada em muitos países como artifício para o ensino continuado em cenário pandêmico, isso também afetou a educação do campo, sofrendo muitas consequências onde foi necessária a readaptação de instituições públicas e privadas assim como de professores e alunos de todo o mundo. Esta

¹A educação do campo surge como um movimento de inclusão social, em busca de emancipação e ampliação da participação, pensando, sobretudo, os direitos que se referem a acesso e permanência à educação que dialogue com a história e cultura desses povos do campo, que se difere da educação feita em áreas urbanas. Assim, essa proposta de educação, em específico, é articulada pelos próprios movimentos sociais do campo e demais atores desse território, para as pessoas que vivem no campo e para aplicarem seus conhecimentos e acesso a bens sociais (CASTRO, 2015).

realidade, principalmente no Brasil, acentuou uma desigualdade histórica e estrutural que marca a nossa sociedade (MAGALHÃES, 2021, p. 1264).

Nesse sentido, em uma Comunidade rural a realidade se torna mais preocupante, pois muitas vezes são desassistidos pelo Estado, faltam recursos como internet e equipamentos eletrônicos, além da disponibilidade de professores.

Em uma notícia postada no site do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi relatada a dificuldade de uma estudante que vive em Kalunga, território rural quilombola do interior de Goiás, em acessar os materiais e frequentar as aulas do curso de Licenciatura em Educação do Campo, durante a pandemia: “Com essa pandemia ficou muito difícil o meu acesso à internet e ao conteúdo da universidade, porque onde eu moro a gente não tem ônibus para ficar indo para a cidade, a gente não tem água. A gente tem várias dificuldades e uma das dificuldades é o acesso à internet porque não tem uma torre que dá acesso” (SEM CONEXÃO..., 2020, s/p).

As redes de educação no Brasil não estavam preparadas para lidar com as formas digitais e de inclusão social nessa mídia educacional, os estudantes em vulnerabilidade social foram os mais afetados pela realidade pandêmica onde a solução se deu pelo meio online. “A oferta educativa para sujeitos do campo, de modo especial, padece com a descontinuidade de políticas públicas que atendam suas especificidades” (RIBEIRO et al., 2012, p.94), dentro de conjunturas que intensificam as desigualdades isso fica ainda mais complexo.

Assim, é importante ter uma visão sobre a ruptura do cotidiano causada pelas grandes mudanças durante o cenário mundial da pandemia pela Covid-19, onde foi necessária uma readaptação no cotidiano de todas as pessoas independentemente de classe, gênero, cor ou etnia. Em um artigo que discorre sobre o uso do conceito de cotidiano baseado em uma perspectiva crítica, Galheigo (2020, p. 28) cita que “o cotidiano é um espaço-tempo no qual o sujeito, individual ou coletivo, de modo imediato e nem sempre consciente, acessa oportunidades e recursos, enfrenta adversidades e limites, toma decisões, adota mecanismos de resistência e inventa novos modos de ser, estar, viver e fazer”.

Portanto, o cotidiano é uma dimensão da vida que devemos considerar neste trabalho, dando importância aos impactos da pandemia para comunidades rurais e, especificamente, para a educação do campo, em busca de adensar o debate e a busca pela valorização da população rural como pertencentes sociais, políticos e culturais na educação.

JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa teve como propósito entender a importância e a necessidade da pesquisa sobre as consequências da pandemia da Covid-19 na população rural e, especialmente, na educação do campo, visando a vulnerabilidade social que a população rural enfrenta, a ruptura do cotidiano ocasionada pelo modo virtual de ensino no período pandêmico e das questões enfrentadas em consequência a essa mudança como falta de acesso à internet, aparelhos eletrônicos, falta de acesso a informações entre outros.

Levantar questionamentos para reflexão sobre os desafios que já eram enfrentados por esta população antes da pandemia, os agravantes e a realidade em que foram expostos durante a pandemia, a adaptação e o cenário atual, levando em consideração estudos publicados e questionamentos que serão levantados a partir deles. De acordo com o estudo apresentado por Ribeiro et al. (2021), cita que a educação no contexto rural não foi tratada com suas especificidades e com a singularidade que deveria para manter o direito do povo do campo durante a pandemia e isso impacta diretamente no cenário da qualidade de ensino ofertado.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

Realizar uma reflexão sobre os impactos da pandemia de Covid-19 causados na população rural e, especificamente, na Educação do Campo.

Objetivos Específicos

- Problematizar sobre como a pandemia impactou a população rural;
- Identificar os impactos da pandemia nas atividades do dia-a-dia dos estudantes do campo, especialmente aqueles atrelados à educação;
- Refletir sobre a necessidade de estudo científico sobre este assunto e sobre o papel da Terapia Ocupacional nesta problemática.

METODOLOGIA

Este estudo teve embasamento teórico baseada na análise de estudos e teorias publicadas sobre os acontecimentos da pandemia da Covid-19 e seus impactos na população rural, especialmente no campo da educação. Para Brandão e Spinillo (1998) a escolha metodológica reflete tanto a concepção de compreensão assumida pelo pesquisador, como implica na avaliação de um determinado aspecto e não de outros (*apud* Spinillo et al, 2016).

A natureza teve o cunho qualitativo, pois foram evidenciados fenômenos sociais, sem a utilização de instrumentos estatísticos, além da participação ativa do pesquisador e por ser:

[...] fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas (Wolcott, 1994). Isso também significa que o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico. Não é possível evitar as interpretações pessoais, na análise de dados qualitativos (CRESWELL,2007, p.186).

Foi uma pesquisa teórica que trouxe como objetivo o semeio de novas questões relacionadas com esse tema e conseqüentemente a colheita de estudos embasados nesta problemática. Como citado por Baffi (2002), uma pesquisa teórica é construída no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições e discussões da realidade, assim como, sua finalidade é decisiva na criação de condições para a intervenção. E ainda sobre quadros de referência, de acordo com Demo (2013), são contextos essenciais para fazer o pesquisador movimentar-se, com relevância ao contexto pandêmico com mudanças estruturais em diversos contextos e, especificamente neste estudo, na população rural.

POPULAÇÃO RURAL E PANDEMIA

A época de exploração no Brasil foi marcada por destruição da natureza, extrativismo de minérios e por conquista de terras. Para conseguirem extrair, plantar e explorar essas terras até então desconhecidas pelos Portugueses seria necessária mão de obra para realizar todo o trabalho árduo, e como os povos que habitavam esses locais ainda não explorados eram livres, foi usada a “força bruta, a submissão e utilização do instituto oposto à liberdade, a escravidão” (SOUZA, 2017, p. 2905), marcando assim a história do país e dos povos que nele se constituíram, como a população rural.

Uma vez que a escravidão dos povos estava associada com o domínio das terras, o latifúndio (grandes propriedades de terras pertencentes a uma só família ou pessoa) foi a maneira que os portugueses usaram para a obtenção dos territórios, reforçando uma nova política para aqueles grupos que ali viviam. Ao povo não privilegiado, muitas vezes, escravos, imigrantes pobres, indígenas que fugiam dessa forma de violência, acabavam ocupando as piores terras, que saíam da zona de interesse aristocrata. A ocupação dessa terra por esses sujeitos subalternizados, na maioria das vezes, era “garantida pelo uso do solo e não pela propriedade (...). Ao ocuparem as terras dessa forma, essas pessoas e famílias sem assistência e amparo reivindicavam o direito de nelas viver, sem exigirem o reconhecimento do Estado para isso” (CALDART et al, 2012, p. 511).

Com efeito, a ocupação de terras foi, com o tempo, constituindo o território brasileiro que foi assentado por conflitos e embates durante toda a história – sobretudo com a lógica latifundiária. De acordo com Caldart et al (2012), a transformação causada pelas ocupações, por meio da ação de movimentos sociais, foi um instrumento fundamental para a reivindicação da transformação no país, especificamente da propriedade rural.

É importante expor que nos debates sobre reorganização de terras, nas reivindicações pela Reforma Agrária (que é basicamente o desapossamento de latifúndios e a redistribuição justa e igualitária às famílias que possam utilizar essas terras de forma produtiva e gerando economia), as ocupações das famílias de áreas rurais eram chamadas de invasões. Termo que, por muito foi utilizado para definir a moradia de famílias, com teor pejorativo, indicando um ato ilegal. E que, a partir de resistências e lutas de famílias e movimentos em prol do reconhecimento da propriedade, “foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o uso do termo ocupação” (CALDART et al., 2012, p.513).

O termo ocupação se refere, assim, ao direito de todo cidadão brasileiro de ter acesso a terra, sobretudo à população rural, composta pelos

[...] agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, s/p)

Essa breve contextualização histórica mostra que mesmo sem a interferência de uma doença com potência global, a população rural já enfrentava uma realidade desafiadora em seu dia a dia. “Pobreza e vulnerabilidade não podem ser avaliadas apenas em termos monetários (de renda e riqueza), mas, sobretudo, em termos de liberdades e oportunidades.” (TOIGO, 2017, p.282). Cabe uma reflexão sobre como essa população, que já estava vivendo na sombra do olhar político e sem a proteção total que a Constituição Brasileira de 1988 lhes resguarda, foi impactada pela pandemia da Covid- 19 que potencializou a falta de assistência.

São notórios os efeitos diretos e colaterais causados pela SARS-COV-2 em todo o mundo. A heterogeneidade dos cenários nas regiões do Brasil evidenciou diferentes realidades e formas de lidar com a doença e com o isolamento social. As diferenças nas áreas urbanas e rurais podem determinar altamente a influência de uma pandemia, em termos de transmissão viral, diagnóstico, morbidade e mortalidade. Essas diferenças surgem principalmente dos fatores socioeconômicos, acesso aos cuidados de saúde e preparação para pandemia (FONSECA et al., 2020).

O primeiro impacto da pandemia no território rural é, portanto, de ordem sanitária e humanitária, tendo em vista o agravamento da insegurança alimentar (FLOSS, 2020), aumento do desemprego (devido às estratégias de contenção de gastos que muitas empresas tiveram que adotar em meio ao isolamento social), falta de informações validadas por órgãos do governo e de fontes confiáveis, além de medidas governamentais adaptadas às características territoriais de municípios e regiões.

Vale ressaltar que os moradores dessas regiões fazem parte de um território mais pobre, com grandes vulnerabilidades que dependem de assistência governamental. A rede de proteção social tem que ir além de aspectos econômicos, sociais e demográficos, com protocolos e medidas específicas para que os moradores do campo possam resistir aos desafios de uma pandemia no Brasil.

Paralelamente, de acordo com um relato de experiência de acadêmicos da área da saúde, que vivenciaram a rotina de um hospital rural durante a pandemia pelo SARS-COV-2, foram observados fatores que podem contribuir na realidade da saúde rural como, “um número de profissionais limitados, dificuldade de acesso à UAPS, distância da sede do município e de hospital de referência, protocolos de prevenção negligenciadas, cuidados atrasados, falta de informação, disparidades na demografia dos pacientes e qualidade de atendimento abaixo do padrão” (DIAS et al., 2020, p. 4). Essas observações, portanto, indicam a falta de estrutura, suporte e preparo para com a população do campo e como consequência “a disseminação global do Covid-19 pode afetar significativamente as comunidades rurais em maior medida” (DIAS et al., 2020, p. 4).

Os estudos da área da saúde estão fortemente ligados a essa pesquisa, pois uma boa educação depende de um acesso adequado a saúde, que estão correlacionados. “A baixa alfabetização de adultos está fortemente correlacionada a conhecimentos de saúde e habilidades de autogerenciamento reduzidos, saúde física e mental reduzida, taxas mais altas de hospitalizações e aumento da morbimortalidade (SAHU et al., 2020, p.1821).”

Ainda que a área da educação tenha sofrido com escassez profissional, isolamento social e com outros fatores acarretados pela Covid-19, as escolas e centros de ensino foram responsáveis por manter muitas famílias a par de tudo o que estava acontecendo pelo mundo, principalmente em relação à saúde da população. “O contexto escolar é essencial para o desenvolvimento do conhecimento partilhado e para a integração com a comunidade.” (GUETERRES, 2017, p. 478)

Tendo isso em vista, deve-se pensar na realidade que o setor da educação do campo vivenciava antes da Covid-19, os desafios e potencialidades no momento da pandemia e do isolamento social e nas estratégias de readaptação em um possível retorno das atividades presenciais tanto para os alunos, quanto para o corpo docente das unidades de ensino.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PANDEMIA

De acordo com Caldart et al. (2012) um dos principais grupos populacionais não favorecidos pelo direito à educação está no campo. Acresce que, pensando em dados quantitativos, a dimensão da educação básica nas localidades rurais, de acordo com o Censo

Escolar de 2019, é de 5,3 milhões de matrículas, mais de 333 mil docentes, distribuídos em cerca de 55 mil escolas, compostas de mais de 300 mil turmas (INEP, 2020).

Tais dados reforçam a necessidade de uma proposta de educação baseada nas singularidades e particularidades do território e da população rural, sendo um direito que abre portas para novas oportunidades e dá acesso à formação de pessoas que passam a conhecer e buscar a garantia de seus direitos, assim como possibilita que membros de sua comunidade também usufruam do mesmo.

No cenário da pandemia esse processo se tornou mais complexo, a exemplo da disparidade entre o ensino privado e público e do abismo criado na forma em que o conhecimento foi passado ao longo da pandemia. Como apontado por Cunha (2020), em uma matéria produzida para a Revista Educação, enquanto os alunos da rede privada de ensino dispõem de recursos e estratégias, como aulas ao vivo e gravadas, disponibilização de tarefas por mais de um meio eletrônico como sites e *apps*, acompanhamentos em grupo e individual para sanar dúvidas, os alunos das escolas públicas sequer tem acesso à internet ou dispositivos eletrônicos para acompanhar as aulas, sendo uma realidade presente nos contextos rurais, que historicamente já são marcados por esse problema.

Assim, muitas vezes não basta ter um aparelho celular para realizar as atividades ou acompanhar as aulas online, por exemplo, a população do campo se depara, muitas vezes, com a falta de acesso à internet. Uma pesquisa divulgada pela TIC Educação 2018, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2019), revelou que 43% das escolas no campo não tem acesso à internet, sendo que 24% apontam para o alto custo da conexão. Em casa, faltam aparelhos para todos os estudantes que nela residem, assim como a conexão, e consequentemente excluindo esses alunos das estratégias do Ensino Remoto e “com o distanciamento social e o predomínio de estratégias que dependem das tecnologias da informação e comunicação, uma parcela dos estudantes enfrentam ou enfrentarão dificuldades para acessarem e permanecerem vinculados à escola” (CUNHA, 2020, p. 32).

Ainda sobre esse estudo citado acima, foi revelado que 76% dos docentes buscaram aprimorar seus conhecimentos sobre o uso de recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem (CGI.br, 2019). Porém, mesmo com esse cenário positivo, na pandemia, docentes e professores tiveram dificuldades de superar os obstáculos e prejuízos decorrentes da interrupção das aulas presenciais devido a diversos fatores como a quebra do calendário

letivo, a evasão de alunos, falta de comunicação, acessibilidade, orientação, além de espaços inadequados ao estudo tanto para os alunos quanto aos professores.

Some-se a isto os impactos das relações de gênero. 85% do corpo docente de ensino são formados por mulheres, apresentado na pesquisa realizada pela Nova Escola e no relato delas ficou explícitas “preocupações advindas da dupla jornada, como a dificuldade de conciliar as atividades domésticas com as profissionais e de acompanhar e apoiar os estudos dos filhos em idade escolar” (Nova Escola, 2020, p. 6).

Isso também se reflete nas relações em casa, o protagonismo das mães na educação de seus filhos tem evidência, inclusive no campo. Uma pesquisa foi realizada no Município de Ibiassucê – BA, onde foi enviado aos familiares um questionário via *whatsapp*, questionando sobre o ensino, aprendizagem e dificuldades enfrentadas pelas famílias na educação à distância na pandemia. Do total de 16 participantes, 15 foram mães, “isso revela que na atual conjuntura o acompanhamento nas atividades escolares é majoritariamente feito pelas mulheres” (NOVAIS; SANTANA; NUNES, 2020, p. 21).

Os esforços advindos das genitoras, que lutam para que seus filhos tenham oportunidades educativas diferentes das que elas passaram em um passado não muito distante marcado pela baixa escolaridade, falta de acesso devido à imposição do trabalho como perspectiva para vencer a pobreza são fatores que influenciam essa geração atual a buscarem recursos e condições de vida mais amplas que aquelas experimentadas pela geração de mulheres que são suas mães.

Pensando nos estudantes que habitam territórios rurais, é necessário validar o significado institucional da escola e da universidade, não apenas como um espaço físico de ensino, mas um local responsável pela produção de conhecimento sobre as configurações sociais que transpassam barreiras geográficas e potencializam transformações no território rural.

A ruptura no cotidiano escolar em específico pode causar no estudante uma insegurança quanto ao futuro. O desamparo do governo em relação aos estudantes do campo acarreta em um cenário instável onde a estabilidade de ter um local físico, com rotinas de aulas presenciais, devolutivas e acesso aos professores é retirada em meio a um cenário incerto. Em um relato de experiência de alunos da zona rural (MIRANDA et al, 2020), alguns

alunos foram entrevistados e puderam contribuir a respeito de suas experiências com a qualidade de ensino ofertada durante a pandemia.

Em relação ao futuro acadêmico em um cenário pós pandemia, um estudante entrevistado relatou que: “Toda essa situação se torna dramática para mim, a minha visão para o futuro não é mais a mesma, o trauma que esse vírus deixou e a forma de viver, de poder me relacionar e os esforços que me obrigam a fazer para estudar me abalaram, me deixou sem perspectiva para o futuro, honestamente, nem sei se vou formar no ensino médio...” (MIRANDA et al., 2020, p. 97).

De acordo com esse cenário apresentado é importante pensar sobre as condições em que esses estudantes sairão do ensino à distância e retornarão ao ensino presencial, nas taxas de evasão e na nova realidade em que foram condicionados, onde o campo do trabalho se torna viável em meio à escassez de recursos causados pela pandemia da Covid-19.

A TERAPIA OCUPACIONAL E A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Inicialmente, de acordo com Rocha (2007), a atuação da terapia ocupacional no campo da educação aconteceu através da “Educação Especial”, voltada para crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência física, mental ou intelectual, em instituições de ensino especializadas e segregadas das outras redes regulares de ensino. Ainda de acordo com a autora, o trabalho do terapeuta ocupacional se dava pelo apoio aos discentes com o manejo de atividades específicas voltadas aos estudantes com deficiência, através de avaliações de comportamento, critério de faixa etária e seguindo os critérios de diagnósticos clínicos e psicopedagógicos (ROCHA, 2007).

No entanto, a área de atuação da terapia ocupacional no campo da educação vem tomando grandes proporções. Em 2011, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional reconheceu a partir da Resolução de nº. 406/2011 a especialidade profissional do terapeuta ocupacional nos contextos sociais, em que se faz competência do profissional atuar na área da educação por meio de ações de educação em saúde, intervenção no processo de inclusão escolar, avaliação, prescrição, e produção de recursos que facilitem no processo de aprendizagem (COFFITO, 2011).

A atuação na educação do campo, especificamente em um cenário pandêmico, tem de ser caracterizada pela interdisciplinaridade, intervenção de cunho característico da terapia

ocupacional. O sujeito coletivo é o objeto de intervenção, sendo o estudante, o discente, a família, a estrutura escolar, os equipamentos escolares e a comunidade, e que busca o fortalecimento da potência de todos os envolvidos no trabalho (ROCHA, 2007).

Em um estudo publicado na *Revista Brasileira de Educação no Campo*, foram indicadas algumas possíveis ações do terapeuta ocupacional nas escolas do campo como: “construção de atividades, dinâmicas e projetos, constituindo espaços coletivos e grupais, acompanhamentos singulares e territoriais, articulação de recursos no campo social e dinamização da rede de serviços” (FARIAS; FALEIRO, 2017, p.556-558). Cabe uma reflexão sobre como o terapeuta ocupacional pode intervir utilizando como base essas ações e articulando para o novo cenário atual pós-pandêmico.

Deste modo, a terapia ocupacional tem como papel o desenvolvimento de ações voltadas para os estudantes do campo, a realização do rastreio de evasão escolar, assim como os motivos que levaram a tal e trazer a educação de volta aos estudantes, como um agente fortalecedor de mudanças sociais e “para isso, é fundamental que a TO Social reconheça a escola do campo como espaço de vinculação com os sujeitos concretos do campo, tendo esses como protagonistas da escola como uma perspectiva da Educação do Campo.” (FARIAS; FALEIRO, 2017, p. 554)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos da pandemia causados pela Covid-19 tiveram grandes proporções nas mais diversas áreas em todo o mundo. No Brasil, especificamente, as desigualdades sociais levaram à tona as diferenças entre as populações urbanas e a população do campo. Na saúde, por exemplo, os impactos na área rural foram de ordem sanitária e humanitária, com escassez de profissionais, insumos e rede de suporte governamental. Na educação do campo, muitos alunos sofreram com o isolamento social, com a falta de equipamentos eletrônicos para acompanhar as aulas *online*, ausência de *internet*, assim como educadores e discentes foram pegos de surpresa com o novo cenário da educação, somada a falta de recursos disponibilizados.

Esta pesquisa pretendeu levantar reflexões sobre os impactos causados na população e na educação do campo devido à pandemia da Covid-19, a partir de um estudo teórico qualitativo, onde foram evidenciados fenômenos sociais.

Com base no que foi exposto, é perceptível que o campo da educação sofreu com os impactos da Covid-19, mas especificamente a educação do campo, que já enfrentava uma realidade desafiadora. Assim, será necessário levantar reflexões e estudos da terapia ocupacional sobre a temática para identificar os impactos na ruptura do cotidiano em alunos e educadores, assim como as taxas de evasão, o retorno – ou não – dos alunos no pós pandemia, bem como abrir as portas para uma área que tem muito a ser explorado.

REFERÊNCIAS

BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre, 2004. Dissertação(Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2004.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 11 jul. 2022

BRASILIA. Decreto n. 40.509, DE 11 DE MARÇO DE 2020. Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**: seção 1, Brasília, DF, 2020.

BUENO, F.T.C., SOUTO, E.P., and MATTA, G.C. Notas sobre a trajetória da Covid19 no Brasil. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 27-39. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0002>.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COFFITO. **RESOLUÇÃO N.º. 406/2011** – Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3169>>. Acesso em: 29/08/2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. CETIC.2019. Recuperado de: <https://cetic.br/noticia/tic-educacao-2018-cresce-interesse-dos-professores-sobre-o-uso-das-tecnologias-em-atividades-educacionais>

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ed – Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DA CONCEIÇÃO ALVES DIAS, Antonia Davila *et al.* **Percepções sobre a pandemia de SARS-COV-2 em áreas rurais: relato de experiência**, [s. l.], 4 nov. 2020.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (livro eletrônico)

FARIAS, M. N.; FALEIRO, W. Contribuições da Terapia Ocupacional Social nas escolas do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 542–562, 2017. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p542. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3251>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FLOSS, Mayara et al. **A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde**. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 7 [Acessado 18 Julho 2022] , e00108920. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00108920>>. Epub 24 Jul 2020. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00108920>.

FONSECA, T.G.N. et al. **Covid-19: behavioral assessment of residents of rural and urban areas, users of SUS, not in primary care, in the city of Cláudio - Minas Gerais - Brazil**. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, v.3, 2020.

GALHEIGO, Sandra Maria. **Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias.**

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. 2020, v. 28, n. 1 [Acessado 31 Março 2022] , pp. 5-25. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>>. Epub 2 Mar 2020. ISSN 2526-8910. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>.

GERHARDT, Tatiana Engel_ SILVEIRA, Denise Tolfo (org) **Métodos de pesquisa Porto Alegre-** Editora da UFRGS, 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, I. O QUE É RURAL? CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE. **Boletim de Geografia**, v. 31, n. 3, p. 81-95, 20 dez. 2013.

GOMIDE, Caroline Siqueira *et al.* **Projeto político pedagógico do curso de graduação em licenciatura em educação do campo.** 2018. 338 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ledoc, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GUERRA, Eliane Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa.** Grupo Ânima Educação, Belo Horizonte, 2014.

GUETERRES, Évilin Costa; ROSA, Elisa de Oliveira; SILVEIRA, Andressa da; SANTOS, Wendel Mombaque dos. **Educação em saúde no contexto escolar:** estudo de revisão integrativa. *Enfermeria Global*, Murcia [Espanha], v. 16, n. 46, p. 464-499, abr. 2017.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019.** 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 13 agos. 2022

KOYANAGI, Raquel. **Memórias de estudantes Kalunga que ingressaram no ensino superior: Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB).** 2016. 311 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva **Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2021, v. 28, n. 4 [Acessado 27 Fevereiro 2022] , pp. 1263-1267. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012>>. Epub 30 Jul 2021. ISSN 1678-4758.

MIRANDA, L. S. ., NASCIMENTO, M. S. DO ., BRITO, M. D., SOUZA, R. DE C. E. DE ., COSTA, D. N. ., & BRANCO, T. F. C. **Educação Inclusiva Digital em Época de Pandemia:**

Um Relato de Experiência de Alunos da Zona Rural. **Rebena - Revista Brasileira De Ensino Aprendizagem**, v.2, p.89–99, 2021.

NOVA ESCOLA. A situação dos professores no Brasil durante a pandemia. 2020. Recuperado em: https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileirosduranteapandemia#:~:text=RETRATOS%20DA%20QUARENTENA&text=*A%20pesquisa%20A%20situa%C3%A7%C3%A3o%20dos,de%20professores%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica

Novais, T., Santana, J. J., & Nunes, M. (2020). **EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CONJUNTURA DA PANDEMIA: ALCANCES, IMPACTOS E DESAFIOS**. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 5, e10278. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10278>

OLIVEIRA, Caroline. **Sem conexão, sem aula: volta às aulas com ensino remoto preocupa estudantes do campo**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/31/sem-conexao-sem-aula-volta-as-aulas-com-ensino-remoto-preocupa-estudantes-do-campo/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

O que é a Covid-19?. [S. l.], 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 11 jul. 2022.

REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN. **Educação, povos do campo e pandemia da COVID-19: reflexões a partir de um projeto de extensão de uma universidade pública brasileira** Minas Gerais: Oei, v. 86, 12 maio 2021.

ROCHA, E. F. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. v.18, n. 3, p. 122-127, 2007.

SAHU, Ankit Kumar et al. Novel coronavirus: A capsule review for primary care and acute care physicians. **Journal of family medicine and primary care**, 9(4):1820-1824, 2020.

SALETE CALDART, Roseli *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. [S. l.: s. n.], 2012

SEM CONEXÃO, SEM AULA: VOLTA ÀS AULAS COM ENSINO REMOTO PREOCUPA ESTUDANTES DO CAMPO. [S.L], 31 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/31/sem-conexao-sem-aula-volta-as-aulas-com-ensino-remoto-preocupa-estudantes-do-campo/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SILVA, Andressa et al. **ANÁLISE DE CONTEÚDO: FAZEMOS O QUE DIZEMOS? UM LEVANTAMENTO DE ESTUDOS QUE DIZEM ADOPTAR A TÉCNICA.** Conhecimento Interativo. 11. 168-184, 2017.

SPINILLO, Alina Galvão; HODGES, Luciana Vasconcelos dos Santos Dantas e ARRUDA, Alberto Santos. **Reflexões Teórico- Metodológicas acerca da Pesquisa em Compreensão de Textos com Crianças.** Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2016, v. 32, n. 1 [Acessado 12 Julho 2022] , pp. 45-51. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-37722016011986045051>>.ISSN18063446.<https://doi.org/10.1590/010237722016011986045051>

TOIGO, Camila Horst; CONTERATO, Marcelo Antonio **Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida?.** Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2017, v. 55, n. 2 [Acessado 12 Julho 2022] , pp. 267-284. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550204>>. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550204>.